

Comportamento Semanal de Mercado

1 a 8 de novembro



Aperto maior?

Como esperado, o Comitê de Política Monetária (Copom) elevou a taxa básica de juros em 0,50 p.p. para 11,25% a.a., não se comprometendo com o ritmo dos ajustes na taxa básica de juros, tampouco com a magnitude total do ciclo, que dependerão da dinâmica da inflação, em especial dos componentes mais sensíveis à atividade e à política monetária, das projeções de inflação, do hiato do produto e do balanço de riscos. O entendimento é de que no momento a decisão é compatível com a convergência da inflação para o redor da meta ao longo do horizonte relevante e a necessidade de uma política monetária mais contracionista. A ata da reunião deverá trazer detalhamentos adicionais dos motivos que levaram à decisão que possam avaliar a necessidade de um aperto maior do que 0,50 p.p..

Com o sentimento de uma atividade econômica mais forte do que a esperada e a desancoragem nas expectativas inflacionárias, o Boletim Focus passou a projetar mais elevações na Selic, que atingiria o ápice de 12,50% em mar/25, mantendo-se neste patamar até julho. Com a retomada do processo de flexibilização monetária somente em setembro, o indicador encerraria 2025 em 11,50% a.a.. Na semana, a taxa real de juros ex-ante ficou estável em 8,52%, nível fortemente contracionista pelas contas do Banco Central (BC).

Mesmo com uma expectativa de um maior aperto monetário na trajetória da Selic no Focus e taxa real de juros em patamar contracionista, houve uma deterioração das expectativas, reiterando o desafio da convergência da inflação à meta de 3,0%. Na projeção para abr/26, a expectativa no boletim passou de 3,86% a.a. em 1/11 para 3,88% a.a. em 08/11, valor acima dos 3,60% do cenário de referência do Copom. Com esse movimento, a probabilidade de uma elevação de 0,75 p.p. ganhou força saindo de uma chance de 37,0% em 01/11 para 43,5% em 08/11.

Com a influência da estiagem impactando diretamente na evolução do IPCA, o índice avançou 0,56% em outubro, pressionado pela elevação dos custos com energia elétrica e alimentação, acumulando alta de 4,76% a.a., extrapolando o teto da meta. Ademais, a pressão das cotações das commodities se materializou no Índice de Commodities do Banco Central (IC-Br), não só nos preços em dólares, mas também pela pressão da taxa de câmbio, com o indicador acumulando alta de 14,38% a.a..

Com a dissipação dos temores com a recessão, o Federal Reserve (Fed) continuou o ciclo de flexibilização monetária, embora reduzindo o ritmo de corte nos juros para -0,25 p.p.. No mercado financeiro, as usuais incertezas com a trajetória das contas públicas conjugada com a expectativas de uma política mais protecionista nos EUA e de apreciação do dólar adicionaram volatilidade aos ativos ao longo da semana.

Nessa semana que se adentra, as atenções estarão centradas nos indicadores de atividade do 3T24, como os setores de varejo e serviços, e o IBC-Br, que devem mostrar que a economia continuou em expansão no período, embora com alguma moderação. Na agenda internacional, o índice de preços ao consumidor (CPI) dos EUA, juntamente com o atual quadro político, pode indicar um ciclo de corte dos juros mais tímido no país. Ainda, serão divulgados os números de varejo e indústria nos EUA e China.

Expectativas

Indicando uma elevação de 0,50 p.p. em dezembro, as projeções para a Selic no Boletim Focus permaneceram em 11,75% a.a. para o final de 2024 (11,75% a.a. há 4 semanas). Contemplando altas de 0,50 p.p. em janeiro e de 0,25 p.p. em março, o indicador alcançaria o pico de 12,50% a.a.. Uma eventual retomada do processo de flexibilização monetária ocorreria apenas em setembro, com uma queda de -0,25 p.p.. O movimento se estenderia com uma redução de -0,25 p.p. em novembro e de -0,50 p.p. em dezembro. Assim, a taxa encerraria 2025 em 11,50% a.a. (11,00% a.a. há 4 semanas). Para 2026, as estimativas para a Selic subiram de 9,75% a.a. em 01/11 para 10,00% a.a. em 08/11 (9,50% a.a. há 4 semanas), permanecendo em 9,25% a.a. ao final de 2027 (9,00% há 4 semanas).

Com alguma surpresa no número de outubro, as projeções para o IPCA no curto prazo pouco se alteraram. Para novembro, desacelerou de 0,20% em 01/11 para 0,19% em 08/11 e para dezembro de 0,55% para 0,54%. Por sua vez, para janeiro, subiu de 0,43% para 0,44%. Assim, a estimativa para 2024 ampliou-se de 4,59% para 4,62% (4,39% há 4 semanas).

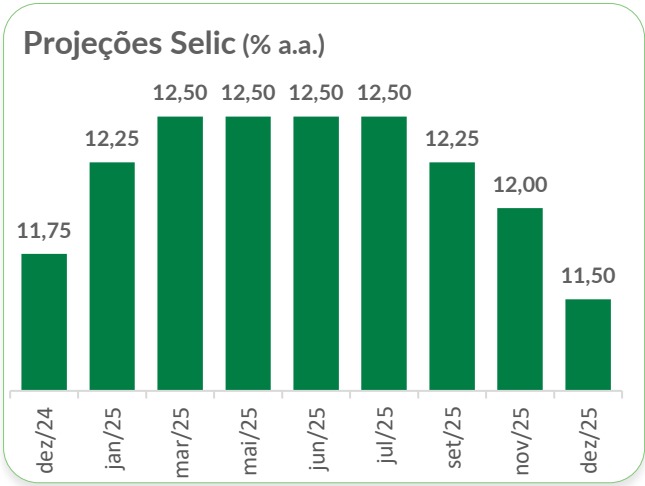
Mesmo com uma expectativa de um maior aperto monetário na trajetória da Selic no Boletim Focus, houve uma deterioração das expectativas, reiterando o desafio da convergência da inflação à meta de 3,0%. A projeção para 2025 subiu de 4,03% para 4,10% (3,96% há 4 semanas) e para 2026 de 3,61% para 3,65% (3,60% há 4 semanas). No mesmo patamar há mais de 70 edições, a previsão para 2027 era de 3,50%. No atual horizonte relevante para a política monetária, agora o 2T26 (abr/26), a expectativa no Focus passou de 3,86% em 1/11 para 3,88% em 08/11, valor acima dos 3,6% do cenário de referência do Copom.

Os prêmios de riscos na curva da inflação implícita, construída com base nas negociações das NTN-Bs, avançaram na semana. Houve altas de 0,33 p.p. para 6,41% no indicador para o prazo de 1 ano e de 0,13 p.p. para 5,88% para o de 2 anos. Já para o prazo de 3 anos ficou estável em 5,78%.

As projeções para a expansão do PIB continuaram em 3,10% para 2024 (3,01% há 4 semanas). Para 2025, subiram de 1,93% para 1,94% (1,93% há 4 semanas), enquanto para 2026 e 2027 acomodaram-se em 2,00%.

Com a sustentação da pressão no mercado cambial, a mediana das projeções para o dólar vem se elevando de forma gradual. Para o final de 2024, passou de R\$/US\$ 5,50 para R\$/US\$ 5,55 (R\$/US\$ 5,40 há 4 semanas), ao passo que para 2025 aumentou de R\$/US\$ 5,43 para R\$/US\$ 5,48 (R\$/US\$ 5,40 há 4 semanas). Para os anos de 2026 e 2027, as estimativas se mantiveram em R\$/US\$ 5,40 (R\$/US\$ 5,30 há 4 semanas).

Apesar das incertezas com a trajetória das contas públicas, as projeções fiscais pouco se modificaram. Em relação ao PIB, o déficit primário para o término de 2024 ficou em -0,60% (-0,60% há 4 semanas), enquanto para 2025 continuou em -0,70% (-0,73% há 4 semanas), para 2026 em -0,50% (-0,66% há 4 semanas) e para 2027 em -0,30% (-0,30% há 4 semanas). A projeção para a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) para esse ano manteve-se em 63,50% do PIB (63,50% há 4 semanas), ao passo que para 2025 variou de 66,66% do PIB para 66,64% (66,50% há 4 semanas). Para 2026, a estimativa passou de 69,22% do PIB para 69,11% (69,14% há 4 semanas), enquanto para 2027 permaneceu em 71,50% do PIB (71,40% há 4 semanas).



Fonte: Focus/BCB. Elaboração ABBC

Economia Internacional

Com a eleição presidencial nos EUA como o destaque da semana, o Fed continuou o ciclo de flexibilização monetária, embora reduzindo o ritmo de corte nos juros para -0,25 p.p. para a faixa de 4,50% e 4,75% a.a.. Ao mesmo tempo, o Fed reduziu a taxa de desconto em -0,25 p.p. para 4,75% e sobre os compulsórios de 4,9% para 4,65%.

Em linha com o esperado, em meio à dissipação dos temores com a recessão, o comunicado enfatizou que os indicadores recentes sugerem que a atividade econômica continua se expandindo em ritmo sólido e que, embora as pressões no mercado de trabalho tenham se atenuado, a taxa de desemprego continua baixa. Já a inflação progrediu em direção à meta de 2,0%, mas segue elevada.

Sinalizando um crescimento constante na atividade empresarial no início do 4T24, o Índice de Gerentes de Compras (PMI) composto nos EUA subiu de 54,0 em set/24 para 54,1. O resultado foi impulsionado pelos ganhos no setor de serviços (de 55,2 para 55,0), enquanto a produção industrial continuou em contração (de 47,3 para 48,5).

Superando as expectativas (71,0 pela Reuters), a confiança do consumidor, medida pela Universidade de Michigan, aumentou de 70,5 em out/24 para 73,0 em novembro. O índice de expectativas subiu quase 6,0%, para 78,5, o maior valor desde jul/21. Ainda, a expectativa de inflação para o ano seguinte variou de 2,7% em out/24 para 2,6%, enquanto a de longo prazo subiu de 3,0% em out/24 para 3,1%.

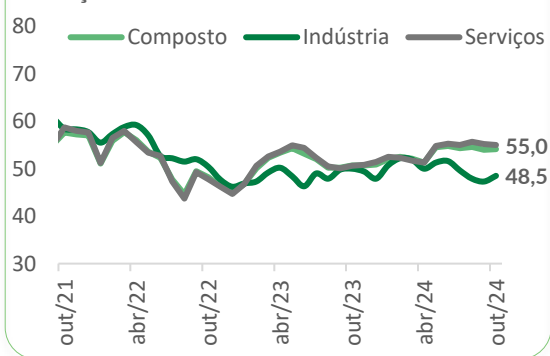
Por sua vez, em setembro os estoques no atacado apresentaram queda de -0,2% na margem, superando as expectativas (-0,1% pelo The Wall Street Journal). Apesar do crescimento de US\$ 6,0 bilhões em setembro, o resultado do crédito ao consumidor ficou aquém das expectativas (US\$ 12,0 bilhões pela FactSet). Ademais, os números de ago/24 foram revisados para baixo de US\$ 8,9 bilhões para US\$ 7,6 bilhões.

No mercado de trabalho, os pedidos semanais por seguro-desemprego totalizaram 221 mil na semana finda em 22 de outubro, marcando uma alta em relação as 218 mil solicitações na semana anterior. Na média móvel de 4 semanas, os pedidos de seguro-desemprego ficaram em 227,2 mil, uma redução de -9,75 mil pedidos em relação à média móvel revisada da semana anterior (237 mil).

Na China, os indicadores começam a dar sinais dos impactos das novas políticas de estímulo. O PMI de serviços subiu de 50,3 em set/24 para 52,0 em outubro, superando a expectativa dos analistas (50,5 pela FactSet). A pesquisa mostrou ainda que o volume de novos negócios aumentou de 51,0 para 52,1. O PMI composto avançou de 50,3 para 51,9. Superando as projeções de US\$ 71,1 bilhões, o superávit comercial somou US\$ 95,27 bilhões em out/24, após registrar US\$ 81,71 bilhões em set/24. As exportações cresceram 12,47% a.a., ante uma previsão de alta de 5,0%, ao passo que as importações recuaram -2,3%, ante uma estimativa de queda de -1,5%. A Comissão Permanente do Congresso Nacional do Povo aprovou um programa de refinanciamento das dívidas dos governos locais na China de 10 trilhões de yuans (US\$ 1,4 trilhão), acima do que vinha sendo projetado. Com isso, elevou-se o teto das dívidas locais para 35,5 trilhões de yuans, permitindo a emissão de 6 trilhões em títulos especiais nos próximos 3 anos, para trocar dívida descrita como "oculta", não contabilizada.

Na Zona do Euro, a retração da indústria mostrou sinais de estabilização. O PMI, compilado pelo S&P Global, subiu de 45,0% em set/24 para 46,0% em outubro, mas ainda abaixo da marca de 50 que separa crescimento da contração. Houve uma redução no declínio da demanda, com os novos pedidos saltando de 42,2 para 44,2, enquanto a produção subiu de 44,9 para 45,8. Também de forma positiva, o PMI de serviços subiu de 51,4 em set/24 para 51,6, ficando acima da estimativa preliminar e da previsão da FactSet de 51,2. O PMI composto, que engloba serviços e indústria, avançou de 49,6 para 50,0 (49,7 da FactSet). No mesmo sentido, as vendas no varejo aumentaram 0,5% na margem e 2,9% a.a..

EUA – Índice de Gerentes de Compras Evolução mensal



Fonte: Bloomberg/Markit. Elaboração ABBC

Aversão ao Risco

Na semana, o Fed reduziu a taxa de juros em -0,25 p.p., conforme sinalizado e amplamente esperado pelo mercado. A continuidade do ciclo de flexibilização monetária ocorre em meio à dissipação dos temores de uma recessão, reiterada pelos indicadores da semana dos PMIs e da confiança do consumidor. No período, sobrepujou no comportamento da aversão ao risco o resultado da eleição presidencial nos EUA.

Com os receios dos efeitos da prática de eventuais políticas protecionistas na inflação nos EUA e na trajetória do dólar no mercado de câmbio internacional, os mercados apresentaram elevada volatilidade. Os retornos das *T-Notes* registram forte elevação na quarta-feira (06/11), porém devolvendo parte dos ganhos ao final da semana.

Em relação à semana anterior, as variações foram de: +0,05 p.p. para 4,26% a.a. no título de 2 anos (4,27% a.a. em 06/11); -0,02 p.p. para 4,20% a.a. no de 5 anos (4,27% a.a. em 06/11); -0,07 p.p. para 4,30% a.a. no de 10 anos (4,42% a.a. em 06/11); e -0,10 p.p. para 4,47% a.a. no de 30 anos (4,60% a.a. em 06/11).

Na sexta-feira (08/11), na ferramenta FedWatch do CME Group, a probabilidade de uma redução de -0,25 p.p. para a faixa entre 4,25% e 4,50% a.a. saiu de 79,6% em 04/11 para 64,6%, enquanto a chance de manutenção saiu de 20,0% no dia 04/11 para 35,4%.

Já as bolsas dos EUA reagiram bem à perspectiva de corte nos impostos e de fortalecimento da indústria local, intensificando seus ganhos a partir da quarta-feira (06/11). Na semana, houve alta de 5,74% na Nasdaq, de 4,66% no S&P 500 e de 4,61% no Dow Jones. Por sua vez, as principais bolsas da Europa foram mais afetadas, com quedas de -1,28% no FTSE 100 e de -0,21% no DAX 40. Já na Ásia, as novas medidas de estímulos à economia chinesa, assim como os dados da atividade econômica melhores do que os esperados, favoreceram as altas de 5,51% em Xangai e de 3,80% no Nikkei 225.

Mesmo com a frustração com as medidas econômicas da China, o mercado de *commodities* encerrou a semana em alta, com o preço da saca de soja em Chicago subindo 3,49% e o preço do minério de ferro em Qingdao aumentando 0,16%. Com alta de 1,05%, o barril de petróleo tipo Brent encerrou a semana cotado a US\$ 73,87 (US\$ 74,92 em 06/11), pesando nas negociações os temores de descasamento entre oferta e demanda, mesmo após a Opep+ adiar novamente o aumento da produção, mantendo os cortes voluntários até o fim de dezembro.

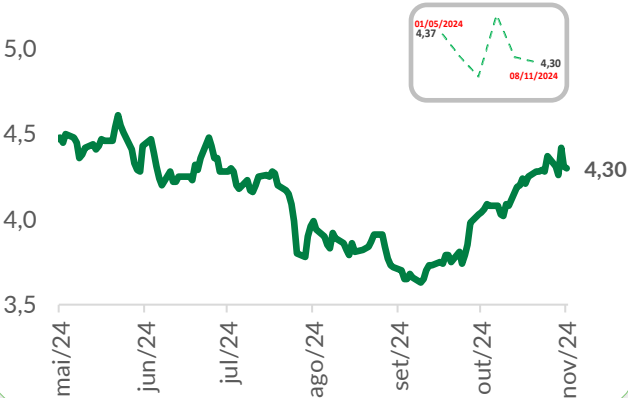
No ambiente doméstico, apesar da volatilidade no cenário externo e os recorrentes receios com a dinâmica fiscal, o risco soberano brasileiro recuou -6,21 bps. na semana para 157,63 bps., porém acumulando uma alta de 25,20 bps. no ano. Intensificando seu movimento de queda a partir da quarta-feira (06/11), devolvendo os ganhos do início da semana, o Ibovespa caiu 0,23% no período, voltando ao patamar dos 127 mil pontos.

Bolsas Internacionais

Bolsas	Em pts	Variação		
	08/11/2024	Semana	Mês	12 meses
Bovespa	127.830	-0,23%	-2,80%	7,39%
Nasdaq	19.287	5,74%	6,07%	42,64%
S&P	5.996	4,66%	4,25%	37,91%
Dow Jones	43.989	4,61%	4,54%	29,79%
FTSE 100	8.072	-1,28%	-1,44%	8,27%
DAX 40	19.215	-0,21%	0,78%	25,16%
Nikkei 225	39.500	3,80%	1,45%	20,99%
Xangai	3.452	5,51%	-1,07%	13,07%

T-Note de 10 anos

Rendimento em % a.a.



Fonte: Bloomberg. Elaboração ABBC

Câmbio

Em um cenário de elevada volatilidade, o dólar ganhou força na semana, com o *Dollar Index*, que mede o desempenho da divisa norte-americana frente a uma cesta de 6 moedas de países desenvolvidos, subindo 0,69%, refletindo as depreciações de 1,08% no euro e de 0,02% na libra esterlina e a apreciação de 0,24% no iene japonês.

No sentido contrário, com desempenho heterogêneo entre as moedas, o índice que calcula a variação de uma cesta de moedas de países emergentes em relação ao dólar subiu 0,08%, beneficiadas pela elevação nos preços das *commodities*, com destaques para as apreciações de 1,68% no peso colombiano, de 0,53% no peso mexicano e de 0,31% no rand sul-africano. Na outra ponta, destaque para a depreciação de 0,79% do renmimbi, com a frustração do pacote de estímulos do governo chinês.

Com um desempenho acima da média de seus pares emergentes, o real encerrou a semana se apreciando em 2,30%, com o dólar cotado a R\$ 5,74, com a moeda brasileira se apreciando no dia 06/11, chegando em R\$ 5,68 e devolvendo parte dos ganhos ao final da semana.

No período, o Banco Central manteve sua atuação com a rolagem dos *swaps* cambiais com vencimento em 02/12/2024.

Por fim, o fluxo cambial na semana entre os dias 28/10 e 01/11 ficou positivo em US\$ 3,74 bilhões, decorrente das entradas líquidas de US\$ 2,99 bilhões na conta comercial e de US\$ 753 milhões financeira. Em outubro, o saldo foi superavitário em US\$ 3,09 bilhões, fruto da entrada de US\$ 6,66 bilhões na conta comercial e da saída de US\$ -3,57 bilhões na financeira.

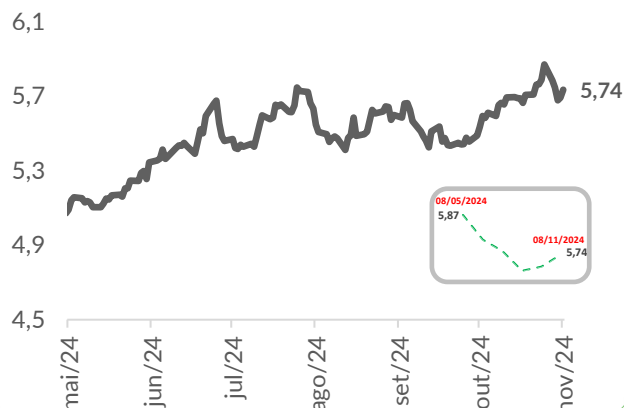
*Cesta do *Dollar Index*:

Euro; Yen; Libra Esterlina; Dólar Canadense; Coroa Sueca; e Franco Suíço.

**Cesta de Moedas de países emergentes:

Lira turca, Rublo russo, Rand sul-africano, Florim húngaro, Real, Peso mexicano, Peso chileno, Reminbi chinês, Rupia indiana e Dólar de Singapura.

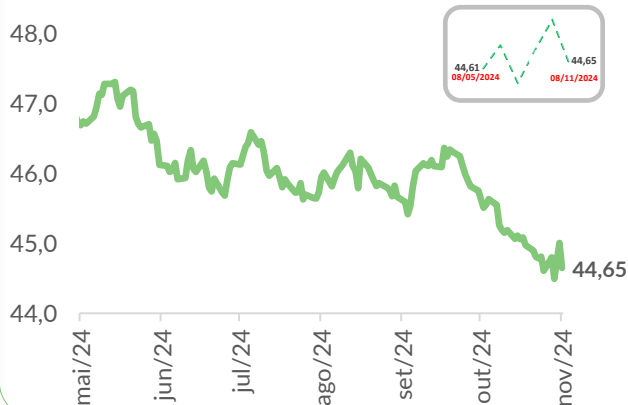
Real/US\$



Dollar Index



Índice de Emergentes**



Fonte: Bloomberg/JP Morgan/BCB. Elaboração ABBC

Copom – Nov/24

Como esperado, o Copom elevou a taxa básica de juros em 0,50 p.p. para 11,25% a.a., não se comprometendo com o ritmo e orçamento dos ajustes na taxa básica de juros, tampouco com a magnitude total do ciclo, que dependerão da dinâmica da inflação, em especial dos componentes mais sensíveis à atividade e à política monetária, das projeções de inflação, do hiato do produto e do balanço de riscos. O entendimento é de que a decisão é compatível com a convergência da inflação para o redor da meta ao longo do horizonte relevante, especificadamente o 2T26, e a necessidade de uma política monetária mais contracionista.

O Copom reafirmou o diagnóstico de que há uma assimetria de alta no balanço de riscos para a inflação, destacando como os principais vetores: (i) a desancoragem das expectativas de inflação por um período mais prolongado; (ii) a maior resiliência na inflação de serviços do que a projetada em função de um hiato do produto mais apertado; e (iii) a conjunção de políticas econômicas externa e interna com impacto inflacionário, particularmente com a manutenção de uma taxa de câmbio mais depreciada.

Na sua visão o ambiente externo permanece desafiador, principalmente no que tange aos rumos da política econômica nos EUA, o que suscita incerteza sobre os ritmos da atividade, da desinflação e, conseqüentemente, sobre a reação do Fed. Internamente, pontuou que o conjunto dos indicadores de atividade econômica e do mercado de trabalho tem apresentado dinamismo maior do que o esperado. Nas divulgações recentes, a inflação pelo IPCA cheio e as principais medidas de inflação subjacente e de núcleo situam-se acima da meta.

Na pesquisa Focus, as expectativas de inflação para 2024 e 2025 encontravam-se, respectivamente, em torno de 4,6% e 4,0%. Na comparação com o encontro de set/24, a taxa de câmbio utilizada como parâmetro no cenário de referência saiu de R\$ 5,60 para R\$ 5,75 por US\$. Assim, mesmo com uma expectativa de um maior aperto monetário no levantamento, houve elevação nas projeções no cenário de referência, saindo de 4,3% para 4,6% para 2024 e de 3,7% para 3,9% para 2025. Com o horizonte relevante de política monetária passando do 1T26 para 2T26, a estimativa neste cenário passou de 3,5% para 3,6%.

Finalizando, o Copom voltou a sublinhar que a percepção do mercado sobre a trajetória do cenário fiscal tem impactado as expectativas e os preços de ativos. O estabelecimento de uma política crível, com a apresentação e execução de medidas estruturais para o orçamento fiscal, contribuiria para a reancoragem das expectativas e redução dos prêmios de riscos.

Projeção de Inflação no Cenário de Referência

Variação do IPCA acumulada em 4 trimestres (%)

Índice de preços	2024			2025			2T26		
	set/24	Var	nov/24	set/24	Var	nov/24	set/24	Var	nov/24
IPCA	4,3%	↑	4,6%	3,7%	↑	3,9%	-	-	3,6%
IPCA livres	4,4%	↑	4,5%	3,6%	↑	3,8%	-	-	3,4%
IPCA administrados	4,2%	↑	4,9%	4,0%	↑	4,2%	-	-	4,3%

Fonte: BCB Elaboração ABBC

Taxa de Juros

Apesar da volatilidade, a Estrutura a Termo da Taxa de Juros (ETTJ) fechou a semana com quedas nos vértices intermediários e longos, em linha com a apreciação do real no período. Graças à composição ruim do IPCA de outubro, a exceção ficou para a ponta curta da curva.

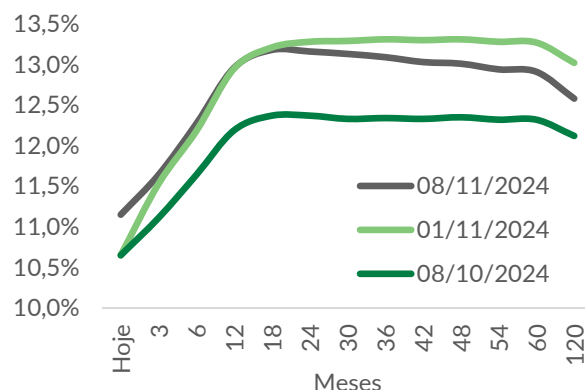
Frente ao fechamento da semana anterior, a taxa de 6 meses subiu de 12,18% a.a. para 12,27% e a de 1 ano saiu de 12,95% a.a. para 12,96%. Já em queda, a taxa de 2 anos caiu de 13,28% a.a. para 13,16%, a de 3 de 13,31% a.a. para 13,09%, a de 4 de 13,31% a.a. para 13,01%, a de 5 de 13,27% a.a. para 12,91% e a de 10 anos saiu de 13,02% para 12,58%.

Na semana, a alta de 0,01 p.p. para 4,09% na inflação esperada para os próximos 12 meses compensou a elevação na taxa do *swap* DI prefixado de 360 dias, levando a taxa real de juros *ex-ante* permanecer em 8,52% a.a., patamar fortemente contracionista quando comparado à taxa neutra de 4,75% a.a. estimada pelo BC.

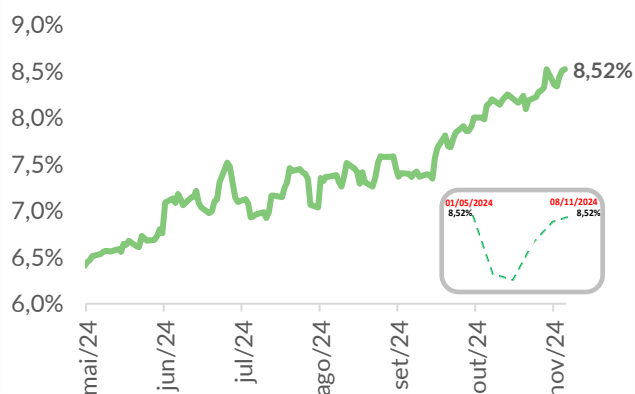
No mercado de opções do Copom da B3, a aposta de uma alta de 0,50 p.p. na Selic na próxima reunião em dezembro ainda é majoritária, embora saindo de 50,5% no dia 01/11 para 48,0% no dia 08/11. A aposta de uma elevação de 0,75 p.p. ganhou força saindo de uma chance de 37,0% para 43,5%.

Por fim, a medida de inclinação da curva de juros, com base no *spread* entre as taxas prefixadas de 10 anos e de 1 ano, negociadas na B3, apresentou forte queda de -0,45 p.p. na semana para -0,38 p.p.. Em consonância, o diferencial entre as taxas pré de 10 anos e de 1 ano, na negociação de títulos públicos na Anbima caiu -0,52 p.p. para -0,43 p.p..

Estrutura a Termo da Taxa de Juros (% a.a.)

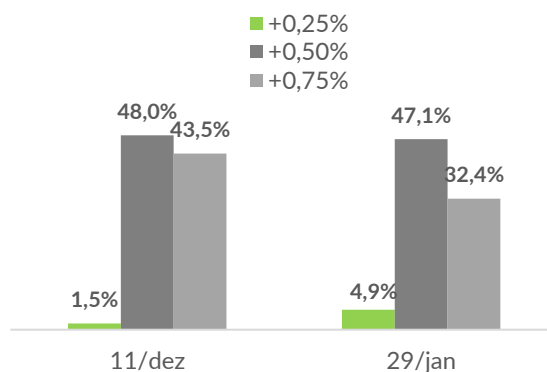


Taxa Real de Juros *ex-ante* (% a.a.)



Probabilidade Copom

Mercado de opções do Copom B3 (08/11/24)



Fonte: Bloomberg/B3. Elaboração ABBC

IPCA – Out/24

A estiagem vem exercendo influência direta na evolução do IPCA. Por conta da significativa elevação dos custos com energia elétrica e alimentação, a inflação pelo IPCA aumentou de 0,44% em set/24 para 0,56% em outubro (0,53% no Boletim Focus). Assim, a taxa anualizada acelerou de 4,42% a.a. em set/24 para 4,76%, extrapolando o teto da meta (4,82% em out/23).

Dos grupos de produtos e serviços pesquisados, apenas o de Transportes apresentou queda. Com a redução de -11,50% nos preços das passagens aéreas e de -0,17% no de combustíveis, o item de Transportes passou de uma alta de 0,14% em set/24 para uma queda de -0,38% (contribuindo com -0,08 p.p. na variação mensal).

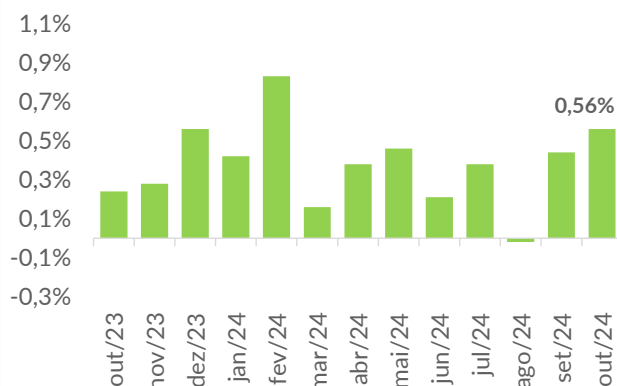
Respondendo aos aumentos nos preços das carnes (5,81%), tomate (9,82%) e café (4,01%), a alimentação no domicílio saiu de uma elevação de 0,56% para 1,22%, consequentemente o grupo Alimentação e Bebidas avançou de uma alta de 0,50% em set/24 para 1,06% (+0,23 p.p.).

Por sua vez, houve desaceleração na inflação do item Habitação de uma alta de 1,80% em set/24 para 1,49% em outubro (+0,23 p.p.), o movimento seria mais intensificado não fosse o aumento de 4,74% no preço da energia elétrica residencial com a vigência da bandeira tarifária vermelha patamar 2.

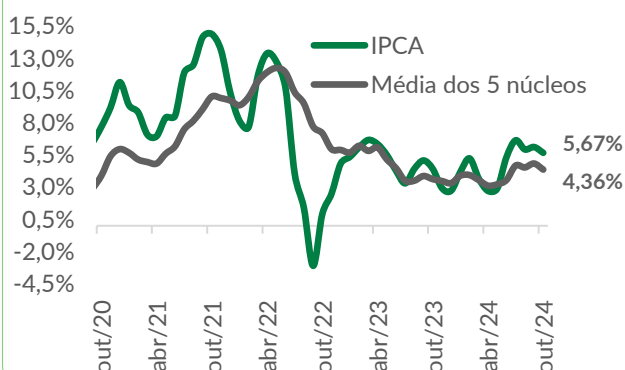
Nas demais rubricas: Despesas pessoais passou de -0,31% em set/24 para 0,70% (+0,07 p.p.); Saúde e cuidados pessoais de 0,46% para 0,38% (+0,05 p.p.); Artigos de residência de -0,19% para 0,43% (+0,02 p.p.); Vestuário de 0,18% para 0,37% (+0,02 p.p.); Comunicação de -0,05% para 0,52% (+0,02 p.p.); e Educação de 0,05% para 0,04% (0,00 p.p.).

A média móvel trimestral (MM3), anualizada e dessazonalizada, saiu de 6,12% a.a. em set/24 para 5,67% a.a., de acordo com os cálculos da MCM Consultores. Os indicadores qualitativos evidenciaram o desconforto no curto prazo e o desafio da convergência da inflação à meta de 3,0%. Em termos anualizados, houve um avanço de 3,81% a.a. para 4,00% a.a. na média dos 5 núcleos monitorados pelo BC, de 5,48% a.a. para 6,26% a.a. na inflação dos preços administrados e de 4,05% a.a. para 4,23% a.a. na dos preços livres. Acompanhando a depreciação do real, houve uma aceleração no aumento dos preços de bens transacionáveis de 3,54% a.a. para 4,09% a.a.. Já o dos serviços reduziu-se de 4,81% a.a. para 4,57% a.a.. Ainda em termos anualizados, as variações nas medidas subjacentes foram de: 4,30% a.a. para 5,05% a.a. na alimentação no domicílio; de 4,73% a.a. para 5,32% a.a. nos serviços; e de 1,43% a.a. para 1,71% a.a. nos bens industriais.

Variação Mensal



Variação Anual MM3M - dessazonalizada



Fonte: IBGE. Elaboração ABBC

IGP-DI - Out/24

Após um avanço de 1,03% em set/24, o IGP-DI registrou uma expressiva alta de 1,54% em outubro, impulsionado, principalmente, pelos preços das *commodities* e energia. Assim, a taxa anualizada avançou de 4,83% a.a. em set/24 para 5,91% a.a. (-4,27% a.a. em out/23).

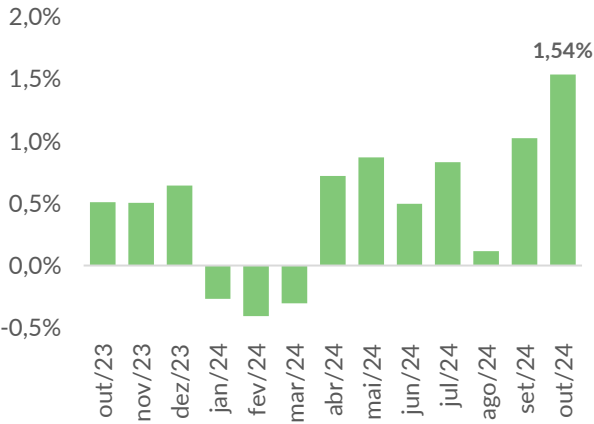
O Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) acelerou o crescimento de 1,20% em set/24 para 2,01%. Esse movimento foi resultado da alta expressiva de *commodities* como bovinos, soja e milho. Na análise mensal por estágios, o aumento dos preços dos Bens Finais variou de 0,90% para 1,47%, dos Bens Intermediários de 0,62% para -0,18% e das Matérias-Primas Brutas de 2,19% para 5,09%.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) arrefeceu a alta de 0,63% em set/24 para 0,30%, beneficiado pela desaceleração nos preços das passagens aéreas, energia elétrica e artigos de higiene e cuidados pessoais. Entre suas classes de despesas, apresentaram desaceleração: Educação, Leitura e Recreação (1,51% para -1,10%), Habitação (1,72% para 1,09%), Despesas Diversas (1,85% para 0,42%), Saúde e Cuidados Pessoais (0,37% para 0,25%) e Comunicação (0,31% para 0,13%). Por sua vez, o grupo Transportes (-0,32% para 0,10%), Alimentação (0,04% para 0,43%) e Vestuário (-0,09% para 0,02%) apresentaram avanço em suas taxas de variação.

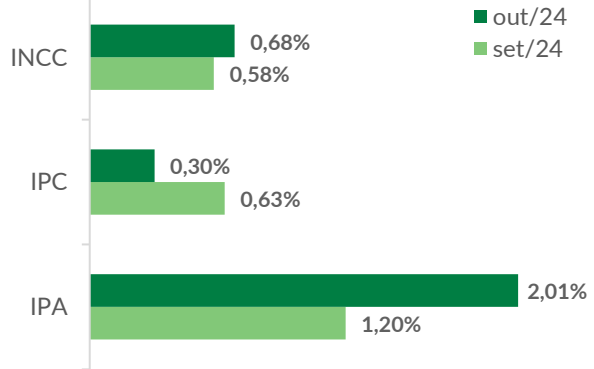
Já o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) mostrou uma alta mais acentuada em outubro, variando de 0,58% em set/24 para 0,68%. Entre seus 3 grupos componentes, houve aceleração nos custos de Materiais e Equipamentos (0,53% para 0,73%), ao passo que os custos em Serviços (0,64% para 0,56%) e Mão de Obra (0,64% para 0,63%) arrefeceram.

Finalizando, a taxa acumulada em 12 meses do IPA variou de 4,82% a.a. em set/24 para 6,32% a.a. em out/24 (-7,35% a.a. em out/23), o IPC passou de 4,55% a.a. para 4,40% a.a. (3,92% a.a. em out/23) e o INCC de 5,48% a.a. para 5,99% a.a. (3,57% a.a. em out/23).

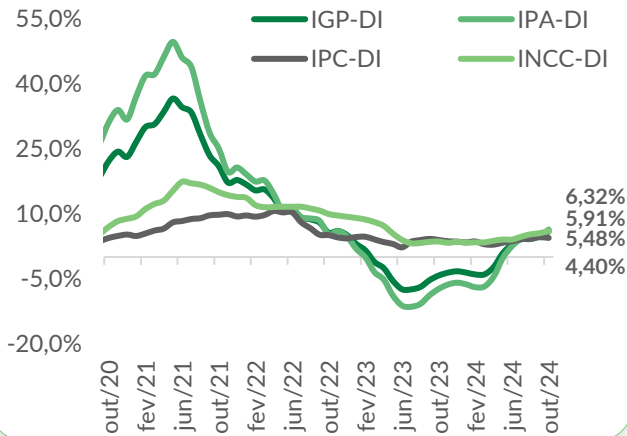
Variação Mensal



Variação Mensal Por grupo



Variação Anual



Fonte: FGV.. Elaboração ABBC

IC-Br - Out/24

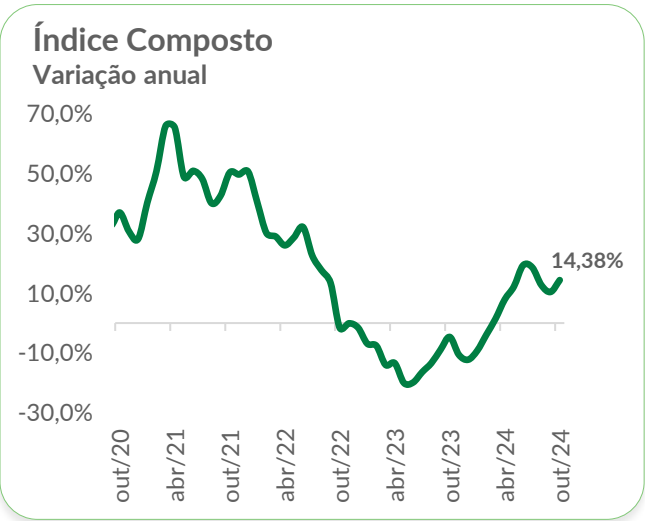
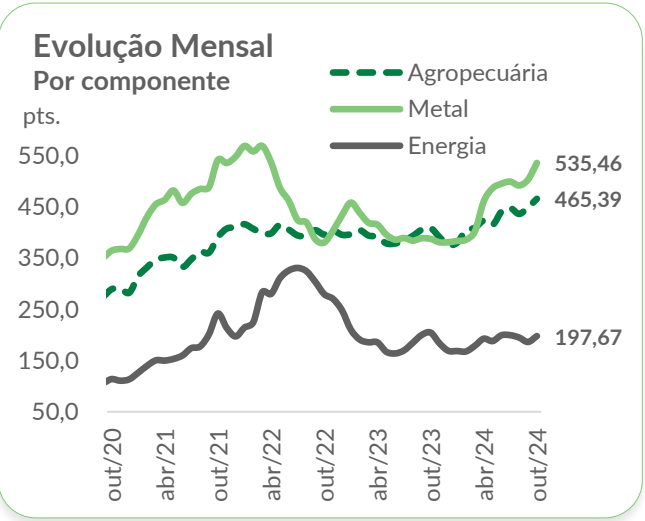
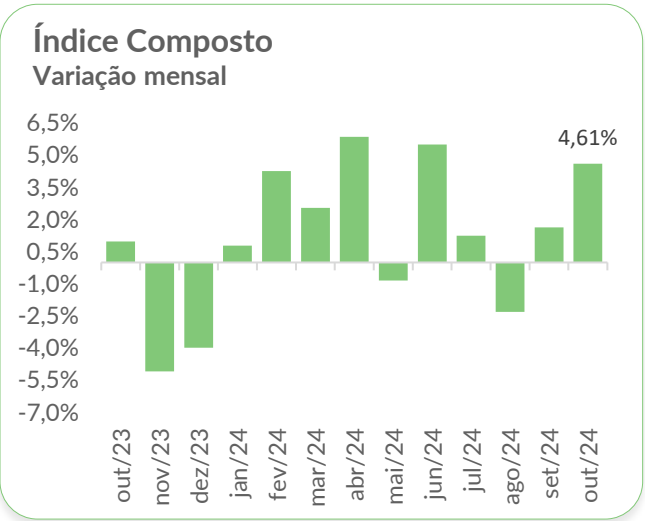
A pressão das cotações das *commodities* está manifestada no Índice de *Commodities* do Banco Central (IC-Br), não só nas cotações em dólares, mas também pela pressão da taxa de câmbio.

Medido em reais, o indicador avançou de 411,26 pts. em set/24 para 430,22 pts. em outubro, o que representou uma aceleração do aumento na margem de 1,64% para 4,61%.

O resultado mensal decorreu das altas de 6,47% em metais (2,31% em set/24), 6,17% em energia (-4,39% em set/24) e de 3,65% em agropecuária (2,98% em set/24).

Em termos anualizados, o IC-Br saiu de uma elevação de 10,41% a.a. em set/24 para 14,38% a.a. (-4,66% a.a. em out/23). O maior impulso adveio da expansão de 38,27% a.a. no grupo das *commodities* metálicas (1,86% a.a. em out/23), seguida pela alta de 13,90% a.a. nas agropecuárias (3,27% a.a. em out/23) e a retração de -3,34% a.a. nas energéticas (-26,83% a.a. em out/23).

Em dólares, o índice agregado subiu 3,05% em outubro, após expandir-se 1,86% no mês anterior. Houve altas de 2,11% na agropecuária, de 4,89% nos metais e de 4,64% na energia. Em 12 meses, o indicador acumulou ganhos de 2,99% a.a. (-1,20% a.a. em out/23).



Fonte: BCB.. Elaboração ABBC

Veículos – Out/24

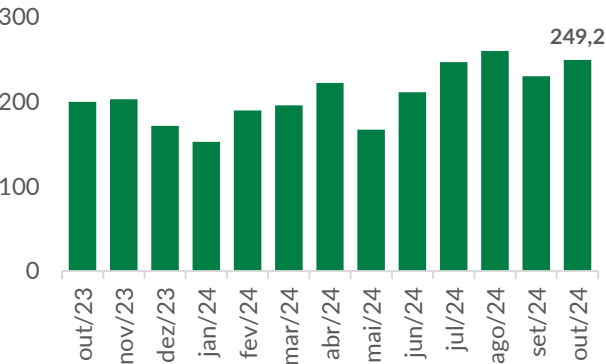
De acordo com Anfavea, a produção total de veículos foi de 249,2 mil unidades em outubro, com um aumento de 8,3% na margem e de 24,7% em relação a out/23. A produção mensal de automóveis foi de 185,5 mil unidades, representando um aumento de 9,7% na margem e de 23,9% em termos interanuais. Já a produção de comerciais leves atingiu 46,4 mil unidades, com elevações na ordem de 2,1% e de 24,0%. A produção de caminhões totalizou 14,8 mil unidades, o que significou respectivamente crescimentos de 12,0% e de 41,2%. Por fim, a produção de ônibus foi de 2,4 mil unidades, indicando elevações de 10,9% e de 15,1%.

As exportações de veículos montados totalizaram 43,5 mil unidades em outubro, o que representou uma alta de 4,6% na margem e de 39,2% comparado com o número de out/23. Com isso, a participação das exportações no total da produção acumulada em 12 meses subiu de 13,5% em set/24 para 15,1% (18,2% em out/23).

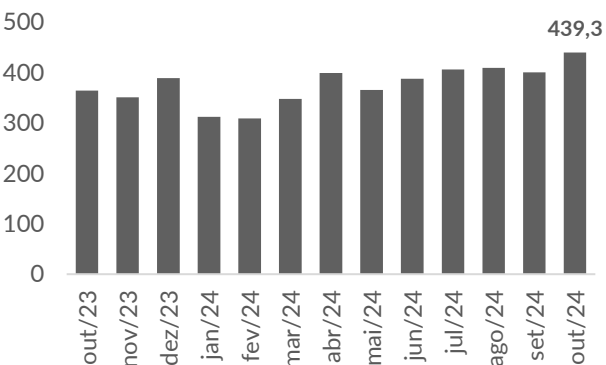
Pela Fenabreve, as vendas de autoveículos no mercado interno totalizaram 439,3 mil unidades, o que representou uma elevação de 9,8% na margem e de 20,6% frente a out/23. No mês, foram vendidas: 195,2 mil autoveículos (13,7% a.m. e 19,6% a.a.); 54,7 mil comerciais leves (7,2% a.m. e 25,6% a.a.); 11,9 mil caminhões (6,1% a.m. e 30,4% a.a.); 166,7 mil motocicletas (6,5% a.m. e 21,1% a.a.); e 7,7 mil implementos rodoviários (6,2% a.m. e -14,6% a.a.).

Considerando-se a variação anual da produção acumulada em 12 meses, observou-se a manutenção da trajetória recente de alta, saindo de 3,6% a.a. em set/24 para 5,9% a.a. (-0,9% a.a. em out/23). Na mesma base comparativa, o crescimento das vendas acumuladas em 12 meses fechou em 14,9% a.a., ante 14,6% a.a. em set/24 (13,2% a.a. em out/23).

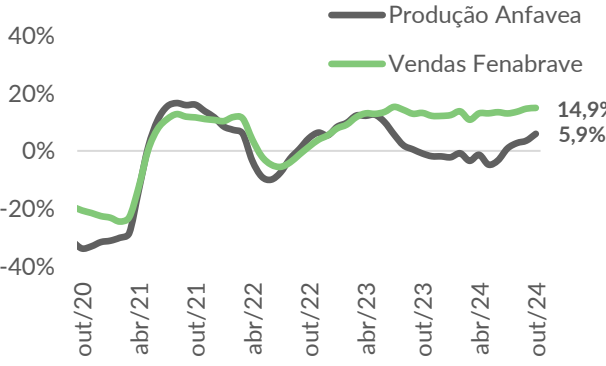
Produção Mensal
Em mil unidades



Vendas no Mês
Ao mercado interno – em mil unidades



Evolução Anual
Acumulado em 12 meses



Fonte: ANFAVEA/FENABREVE.. Elaboração ABBC

Balança Comercial – Out/24

Em outubro, a balança comercial apresentou um superávit de US\$ 4,3 bilhões, resultado de US\$ 29,5 bilhões em exportações e US\$ 25,1 bilhões em importações. Com isso, a corrente de comércio, a soma de ambos, atingiu US\$ 54,6 bilhões. A Secretaria do Comércio Exterior (Secex) projeta um superávit de US\$ 70,4 bilhões para 2024, com as exportações somando US\$ 335,7 bilhões e as importações totalizando US\$ 265,3 bilhões.

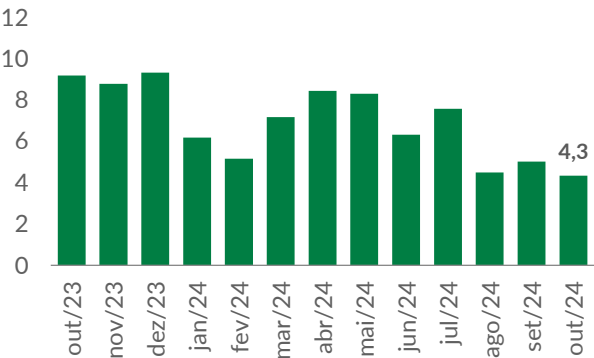
As exportações agropecuárias caíram -12,8% em outubro em relação a out/23. No caso da indústria extrativa, houve uma queda de -14,5%, enquanto na indústria de transformação houve uma alta de 10,9%. Pelo lado das importações, houve uma alta de 32,6% nas compras agropecuárias, queda de -9,6% na indústria extrativa e alta de 25,5% na indústria de transformação. As exportações para China, Hong Kong e Macau, principais destinos, caíram 22,8% a.a.. Entretanto, as vendas totais para a Ásia caíram -7,5%. Na mesma base de comparação, as vendas para a América do Norte subiram 5,0%, enquanto para a América do Sul caíram -4,3% e para a Europa subiram 7,6%.

No acumulado de 2024, o superávit comercial alcançou US\$ 63,0 bilhões, com queda de -22,0% a.a.. Na decomposição, com uma alta de 0,5%, as exportações somaram US\$ 284,5 bilhões, enquanto as importações alcançaram US\$ 221,438 bilhões, com uma elevação de 9,5%. Em 12 meses, o superávit era de US\$ 81,1 bilhões, com queda de -11,4% em relação a out/23. As importações acumuladas em 12 meses saíram de uma variação interanual de -9,5% em out/23 para 5,9%. Ainda na mesma base comparativa, as exportações fecharam com uma alta de 1,2%, ante 3,7% em relação a out/23.

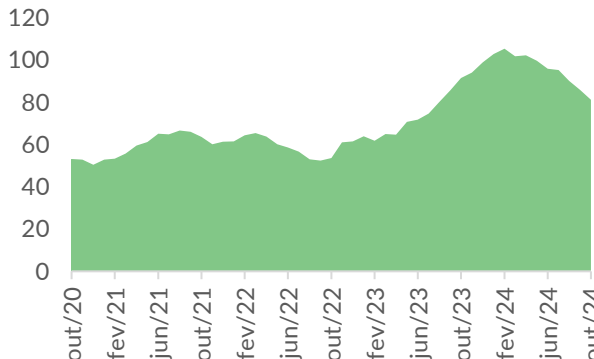
Reagindo a boa performance da atividade, o crescimento das importações vem sendo provocado pelo aumento do volume desembarcado, já que os preços desses bens estão em queda. Segundo a Secex, as compras de bens de capital vindas do exterior são os grandes destaques na comparação interanual. No mês passado, por exemplo, o volume das importações de bens de capital cresceu 55,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. Como nas importações, a queda das exportações em outubro foi motivada pelo recuo dos preços.



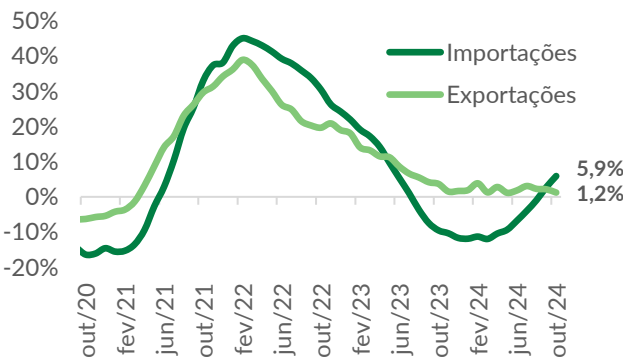
Saldo Mensal
Em R\$ bilhões



Saldo Acumulado em 12 meses
Em US\$ bilhões



Evolução Anual
Do acumulado em 12 meses



Fonte: MDIC. Elaboração ABBC

Resultado Primário – Out/24

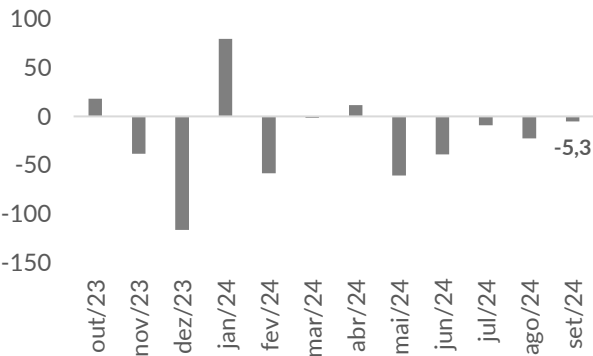
Em setembro, apesar da elevação das receitas na margem e do ligeiro recuo nas despesas, o governo central registrou déficit primário mensal pelo 5º mês consecutivo. Após um saldo negativo de R\$ -22,4 bilhões em ago/24, o déficit primário do Governo Central foi de R\$ -5,3 bilhões em setembro (+R\$ 11,5 bilhões em set/23). Com isso, o indicador em relação ao PIB ficou em -2,1%, com elevações de 0,1 p.p. na margem e de 1,4 p.p. em 12 meses.

No mês, a receita líquida subiu 9,2% na margem para R\$ 162,7 bilhões (R\$ 170,2 bilhões em set/23), favorecida pela elevação de 9,5% nas receitas administradas, com destaques para as altas de 8,8% em IR (R\$ 51,1 bilhões), de 4,5% em Cofins (R\$ 33,6 bilhões) e de 36,4% em IPI (R\$ 9,5 bilhões). A receita não administrada recuou -8,2% no mês (R\$ 19,0 bilhões), enquanto as transferências a estados e municípios caíram -18,5% na margem para R\$ 37,5 bilhões.

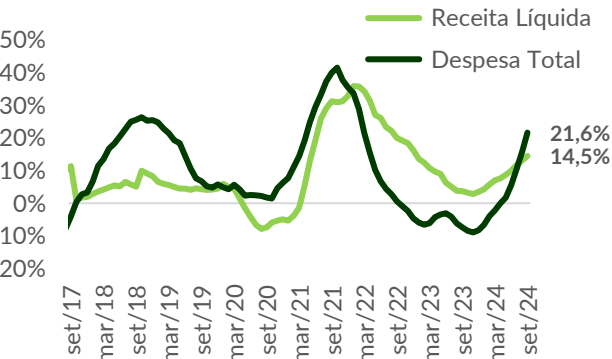
Por sua vez, as despesas totais registraram uma queda mensal de -1,9%, para R\$ 168,0 bilhões (R\$ 158,7 bilhões em set/23), refletindo sobretudo a expressiva redução de -24,1% em outras despesas obrigatórias (R\$ 23,4 bilhões), decorrente da redução de -53,3% para R\$ 3,8 bilhões em pagamento de abono e seguro-desemprego.

Considerando a evolução anual do acumulado em 12 meses, a despesa total segue uma aceleração mais forte no ritmo de crescimento, saindo de 15,8% a.a. em ago/24 para 21,6% a.a. (-7,4% a.a. em set/23). A receita líquida acumulada em 12 meses fechou com uma alta de 14,5% a.a., ante 13,1% a.a. em ago/24 (3,7% a.a. em set/23).

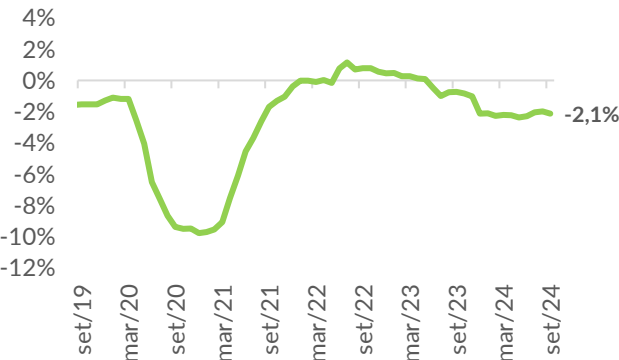
Resultado Primário Mensal
Do Governo Central – em R\$ bilhões



Variação Anual
Acumulada em 12 meses



Resultado Primário
Em relação ao PIB



Fonte: Tesouro Nacional.. Elaboração ABBC

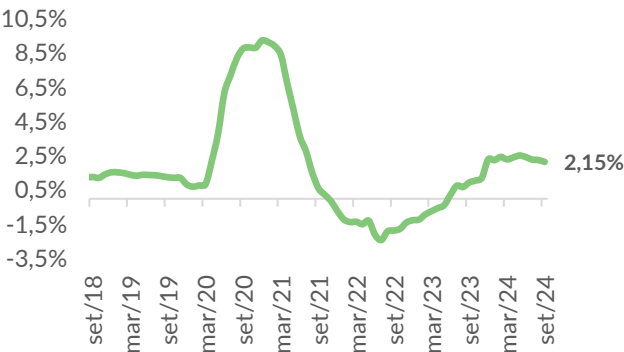
Estatísticas Fiscais – Set/24

Em setembro, o déficit primário do governo geral (governo central, estado, municípios e estatais) foi de R\$ 7,34 bilhões, contra R\$ 21,42 bilhões no mês anterior (R\$ 18,07 bilhões em set/23). Decorrente dos déficits de R\$ -3,97 bilhões no governo central, de R\$ -3,17 bilhões nos governos regionais e de R\$ -192 milhões nas empresas estatais, o déficit de setembro foi o menor para o mês desde 2022, quando somou R\$ -10,745 bilhões.

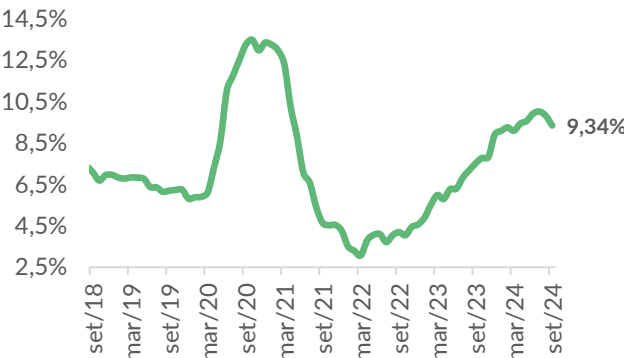
Com isso, o déficit primário acumulado em 12 meses ficou em 2,15% do PIB, o que representou uma queda de -0,11 p.p. na margem, porém com uma alta de 1,20 p.p. em 12 meses. Na mesma métrica, os gastos com juros recuaram de 7,54% em ago/24 para 7,19% (6,56% em set/23) e o déficit nominal fechou em 9,34%, após alcançar 10,01% em jul/24 e 9,81% em ago/24, o que significou uma redução de -0,47 p.p. na margem e uma elevação de 1,82 p.p. em 12 meses.

Com altas de 1,30% na margem e de 12,79% em relação a set/23, a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) totalizou R\$ 7,12 trilhões em setembro. Em proporção do PIB, considerando o acumulado em 12 meses, finalizou em 62,39%, o que representou elevações de 0,40 p.p. no mês e de 3,23 p.p. em 12 meses. Em R\$ 8,93 trilhões, a Dívida Bruta do Governo Geral acumulou elevações de 0,34% na margem e de 14,08% a.a.. Em relação ao PIB, a DBGG acumulada em 12 meses fechou em 78,27%, o que significou uma queda de -0,24 p.p. na margem, mas uma alta de 4,90 p.p. em 12 meses.

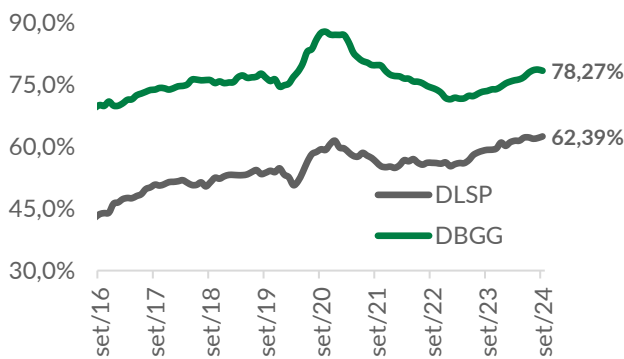
Déficit Primário
Acumulado em 12 meses – em % do PIB



Déficit Nominal
Acumulado em 12 meses – em % do PIB



Dívida Pública
Acumulada em 12 meses – em % do PIB



Fonte: Tesouro Nacional.. Elaboração ABBC

PEIC – Out/24

Pelo 4º mês consecutivo, o percentual de famílias que se sentem endividadas diminuiu, saindo de 77,2% em set/24 para 76,9% em outubro, o mesmo patamar verificado em out/23. Apesar desta queda, pelo 2º aumento mensal consecutivo, o percentual de famílias com dívidas em atraso elevou-se de 29,0% em set/24 para 29,3%, o que representou o maior nível desde out/23 (29,7%). Paralelamente, o percentual de famílias que declararam não ter condições de pagar suas dívidas em atraso subiu 0,2 p.p. na margem para 12,6%, o maior índice desde out/23 (13,0%).

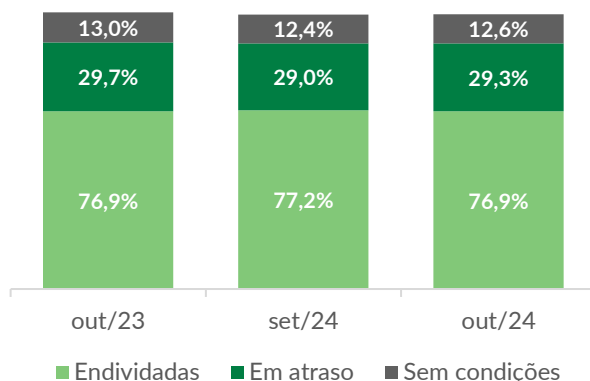
A classe média alta – com renda superior a 10 salários-mínimos (SM) - tem conseguido reduzir seu nível de endividamento, alcançando 67,1%. A relação de endividados que recebem até 3 SM ficou em 80,8%, seguido por entre 3 e 5 SM com 77,5% e entre 5 e 10 SM com 72,7%.

No mês, o cartão de crédito continuou sendo o tipo de dívida mais comum, representando 83,5% do total de devedores, embora tenha havido uma redução de -3,5 p.p. em comparação com out/23. O Crédito Pessoal se destacou com um aumento de 2,7 p.p. em 12 meses para 12,0%, impulsionado pelas constantes reduções nas taxas de juros dessa modalidade. Os carnês, por outro lado, perderam representatividade na carteira de crédito dos consumidores, caindo - 0,7 p.p. frente a out/23, mas se mantiveram como a 2ª categoria mais utilizada.

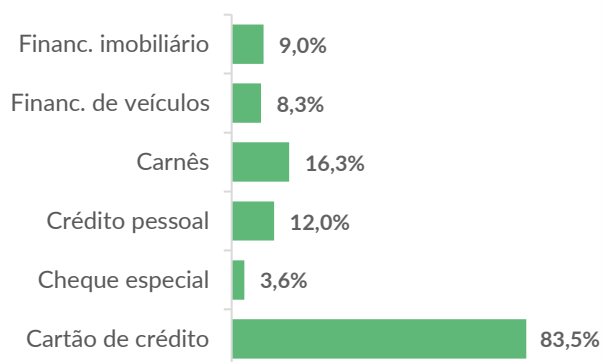
O sentimento de comprometimento da renda das famílias com dívidas também aumentou. O percentual de famílias com mais da metade da renda comprometida com dívidas atingiu 20,5%, o maior desde mai/24. O percentual médio de comprometimento da renda com dívidas foi de 29,9%, o que representou uma alta de 0,2 p.p. na margem, mas com valor ainda abaixo do observado em out/23 (30,3%).

As famílias têm buscado prazos mais longos para quitar suas dívidas, com o tempo médio de comprometimento subindo 0,1 mês na margem e atingindo 7,3 meses, contra 6,9 meses em out/23. Esse é o maior nível desde jan/22 (7,3 meses).

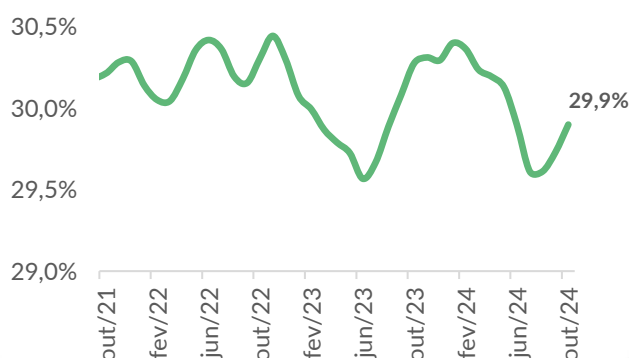
PEIC (%)



Tipo de Dívida Total (%)



Parcela da Renda Comprometida % dentre os endividados



Fonte: CNC.. Elaboração ABBC

Projeções Macroeconômicas - ABBC

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024E
Atividade, Inflação e Juros										
PIB Real (% a/a)	-3,55	-3,28	1,32	1,78	1,2	-3,9	4,6	2,9	2,9	3,1
Crédito (% a/a)	7,00	-3,50	-0,40	5,10	6,4	15,6	16,5	14,0	7,9	10,1
Desocupação (% fim de período)	9,10	12,20	11,90	11,70	11,1	14,2	11,1	7,9	7,4	6,6
IPCA (% a/a, fim de período)	10,67	6,29	2,95	3,75	4,3	4,5	10,1	5,8	4,6	4,6
IGP-M (% a/a, fim de período)	10,54	7,17	-0,52	7,54	7,3	23,1	17,8	5,5	-3,2	5,3
Taxa Selic (% fim de período)	14,25	13,75	7,00	6,50	4,50	2,00	9,25	13,75	11,75	11,75
Setor Externo e Câmbio										
Balança Comercial - (US\$ bi)	13,7	40,2	56,0	46,6	35,2	50,4	61,4	61,8	98,6	78,0
Conta Corrente (US\$ bi)	-54,8	-24,5	-22,0	-51,5	-65,0	-24,5	-28,1	-56,0	-28,6	-45,0
Investimento Direto no País (US\$ bi)	64,7	74,3	68,9	78,2	69,2	37,8	53,3	90,6	61,9	72,0
Taxa de Câmbio (R\$/US\$, fim de período)	3,9	3,3	3,3	3,9	4,0	5,2	5,7	5,3	4,8	5,50
Fiscal										
Resultado Primário (% PIB)	-1,9	-2,5	-1,7	-1,5	-0,8	-9,4	0,7	1,3	-2,3	-0,6
Resultado Nominal (% PIB)	-10,2	-9,0	-7,8	-7,0	-5,8	-13,6	-4,4	-4,7	-8,9	-7,6
Dívida Líquida do Setor Público (% PIB)	35,6	46,1	51,4	52,8	54,7	62,5	57,2	57,5	60,0	63,5
Dívida Bruta do Setor Público (% PIB)	65,5	69,8	73,7	75,3	74,4	88,6	80,3	73,4	74,3	78,0



Diretoria de Economia, Regulação e Produtos



abbc.org.br
assessoriaeconomica@abbc.org.br



Av. Paulista, 1842 -15º andar -Conj. 156
Edifício Cetenco Plaza -Torre Norte –
Cerqueira César São Paulo –SP



Tel: (55) 11 3288-1688